



ATA NUMERO ONZE

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas e quinze minutos no auditório da freguesia, sito na Travessa de S. Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.

A folha de presença foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia. O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, apos ter verificado a existência de quorum, deu inicio á sessao.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia.

I - PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1-Tempo destinado ao público: Não se verificou presença de publico.

Passou-se à votação da ata numero nove, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, verificando-se a abstenção de dois membros da assembleia pelo facto de os mesmos não terem estado presentes na reunião da assembleia a que a referida ata se reporta.



Quanto á ata numero dez, uma vez que foi distribuída aos membros da assembleia no dia de hoje e houve pouco tempo para a sua análise foi decidido pela assembleia de freguesia que a mesma será votada na próxima reunião.

2-Informação da Junta de Freguesia

Dispensou-se a leitura do documento síntese da atividade do executivo referente ao primeiro trimestre de dois mil e dezasseis que foi previamente distribuída atempadamente aos presentes.

Dada a palavra aos membros da assembleia de freguesia, Jorge Azevedo do CDS/PP, quanto á obra junto á escola secundária de viriato, á qual o documento síntese se refere ter tido alguma complexidade por abatimentos de piso, disse que quando se executa uma obra deve executar-se como deve ser para não se ter que andar a reparar e a gastar dinheiro, e que de futuro deve-se ter isso em atenção. Quanto aos elogios tecidos aos colaboradores da Junta afirmou que considera que os elogios quando merecidos devem ser dados, mas que os elogios tecidos pelo executivo á sua própria equipa é do foro interno do executivo e que não se trata de questões de relevo para serem trazidas á assembleia. Quanto ao recurso ás novas tecnologias pediu esclarecimentos nomeadamente se as mesmas se limitavam á zona histórica e que género de tecnologias vão ser utilizadas. Discordou com a viagem promovida pelo executivo á feira do queijo de Oliveira do Hospital. Disse ainda que o executivo acabou por fazer um espaço multiusos da loja solidária.

Dada a palavra a Luis Mouga Lopes do BE, este felicitou a freguesia quanto á requalificação dos espaços físicos tornando-os mais acessíveis a todos e, portanto, á comunidade. Questionou o executivo no sentido de saber quais as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, vão ser tidas em conta e executadas. Esclareceu que das propostas apresentadas há três delas que são fundamentais, nomeadamente o dia do associativismo, a aplicação das trinta e sete horas de trabalho semanal para aos trabalhadores da freguesia de Viseu e a inserção da freguesia na plataforma do giase.pt, como instituição voluntária. Apresentou á assembleia uma proposta de moção com três razões fundamentais para se comemorar o dia 25 de abril que leu aos presentes e entregou por escrito á mesa, a qual foi arquivada e em anexo faz parte integrante da presente ata para. O Presidente da assembleia após registar a entrada da moção apresentada pelo BE determinou que a mesma seria votada no último ponto da ordem de trabalhos.

José Maria Costa do PS quis esclarecimentos no que se refere ao apoio que a junta no relatório refere estar a ser dado ás pessoas idosas, nomeadamente que tipo de apoio está a ser dado

Alexandre Azevedo Pinto do PS quis esclarecimentos do executivo quanto ás receitas de capital, questionando se camara municipal de Viseu já transferiu ou não alguma verba para a junta de freguesia.

Manuela Martins do PS quis esclarecimentos quanto aos colaboradores que prestam esse apoio, como foram selecionados.

Manuela Ferro do PSD felicitou o executivo pela vasta e regular aposta do executivo nas funções sociais realizadas pelo executivo, em particular junto da população mais envelhecida e por pelo facto de a loja solidária ser um espaço multifuncional com especial relevo para o apoio social aos idosos.

Márcio Guerra da CDU, questionou o executivo quanto ás despesas e receitas do capital do trimestre referindo que as despesas foram mais do que as receitas e solicitou que o Presidente da Junta esclarecesse este ponto.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este começou por cumprimentar os presentes e prestou os seguintes esclarecimentos às questões levantadas pelos membros da assembleia. Quanto à questão do abatimento esclareceu que o mesmo teve a ver com a natureza argilosa do solo naquela zona que não permite a drenagem adequada e daí ter surgido o abatimento, e que nesta última intervenção foram utilizados materiais adequados, que embora minimizem o problema da natureza do solo, não se pode afirmar que não volte a haver abatimento.

Quanto à equipa esclareceu que de facto é uma equipa de muita qualidade e muito coesa que integra, entre outros, estagiários da Escola Superior de Educação de Viseu, e que a equipa tem desempenhado uma função muito relevante no auxílio prestado pela junta de freguesia na área social. Quanto a caracterização do centro histórico com recurso às novas tecnologias é um trabalho que está a ser desenvolvido e que a junta pretende tê-lo em plataforma, esclarecendo também que de momento existem problemas na plataforma da e-freguesias

Quando à viagem a Oliveira do Hospital disse foi uma visita que aliou o lazer ao aspeto cultural, foi visitada a antiga cidade histórica Bobadela, riquíssima em vestígios históricos e culturais, que os participantes acharam bastante interesse naquela deslocação e que concretizou o princípio de levar os nossos cidadãos a conviver e a conversarem uns com os outros.

Quanto à questão da segurança nas passeadeiras referiu estar a junta a fazer um trabalho muito exaustivo quanto a essa matéria, com especial relevo junto das escolas, um trabalho de rastrear o que está mal e reportá-lo à camara municipal de Viseu que tem tido uma resposta tempestiva e eficaz.

Quanto às propostas da inscrição da freguesia na plataforma dos refugiados já deu instruções para que fosse feito.

Quanto ao horário de trabalho existe a expectativa que em julho será alterada a lei e se implante de novo o horário das 35 horas semanais e que a junta de freguesia cumprirá a legalidade efetuando tal redução horária.

Quanto ao dia do associativismo, a Junta vai realizar atividades de natureza social diversas e que a semana de 23 a 29 de maio e o dia 27 é dedicado ao associativismo da freguesia.

Quanto ao 25 de Abril é sempre bom ter presente e lembrar as conquistas do 25 de Abril, pelo que concorda com a proposta apresentada nesta assembleia pelo BE.

Trabalho social da freguesia é monitorizado com vistas constantes ao domicílio, e informou que são cada vez mais as famílias que batem à porta da freguesia e que o trabalho de apoio social conta com a colaboração de diversas pessoas que em regime de voluntariado colaboram com a junta de freguesia nessa matéria. Esclareceu que a freguesia tem as suas contas em dia e está a pagar aos seus fornecedores a quinze dias.

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1-Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano de 2015.

Alexandre Azevedo Pinto do PS disse que se verifica que as taxas de execução das despesas de capital são ínfimas, que apenas foram executadas obras correspondentes a 3% do previsto no orçamento de 2015, o que é criticável pois que o executivo está sem fazer obras e está a fazer um arrastamento das obras para 2017, ano de eleições, obras eleitoristas. Quanto ao orçamento participativo a taxa de execução corresponde apenas a um quarto do valor global de trinta e cinco mil euros, pretendendo esclarecimentos nesta matéria.

Márcio Guerra da CDU referiu que a apreciação da CDU é que há baixa taxa de execução, quer das receitas quer das despesas e que tem sido recorrente a baixa execução do que estava previsto. Pretende esclarecimentos nessa matéria, nomeadamente quanto à baixa taxa de execução, quem tem responsabilidade na matéria, se a camara transferiu ou não para a junta de freguesia as receitas que estavam previstas.

Jorge Azevedo do CDS disse que efetivamente a execução orçamental cifrou-se apenas em 30%, o que é manifestamente um valor baixo.

Luis Mougá Lopes referiu que, apesar das pessoas terem sofrido com a austeridade e o desemprego, os mapas apresentados demonstram que o executivo conseguiu arrecadar mais impostos diretos, pelo que gostaria de saber como é que o executivo encara esta realidade. Por outro lado, pretende também uma explicação quanto às alterações verificadas nos fluxos de caixa

Quanto à execução de despesas de capital, são de facto baixas. Compreende que elas tenham que ser orçamentadas, mas o executivo deve tentar corrigir a situação de modo a evitarem-se as revisões e alterações orçamentais, sendo seu entendimento

que o rigor orçamental deve ser mais forte. Referiu que na última assembleia ordinária de dezembro de 2015 foi pedido que, aquando da apresentação deste orçamento, em anexo fosse junto um mapa que incluísse a evolução das obras em execução. Relembra esse pedido efetuado pelo BE e por outros membros da assembleia.

Carlos Portugal disse que no orçamento no plano de atividades da camara municipal, há uma diferença significativa da verba reservas de capital em relação ao ano de 2014 e que não há por parte da camara a preocupação de dotar a junta com reservas de capital. E a sua questão é se os investimentos de capital estarão a ser de facto executados noutras freguesias do concelho de Viseu ou se está a ser gasto noutras atividades, nomeadamente marketing e de carácter social, e que depois geram aqui estas situações, se a Junta tem conhecimento dessas situações e de eventuais desvios de um lado para o outro e que impedem assim a junta de executar as obras.

Dada a palavra ao presidente da junta este esclareceu que a camara municipal perguntou às freguesias quais as obras que entendiam como prioritárias. Que a junta de freguesia de Viseu elaborou e entregou à camara municipal o plano das obras prioritárias no sentido de serem executadas, e que algumas delas já estão concretizadas, que a junta tem tido um trabalho de sensibilização do município, consciente de que o município tem também que dar resposta a necessidades objetivas de outras freguesias.

Foi dada a palavra ao senhor tesoureiro da junta que esclareceu que nas despesas de capital há uma ligeira diferença, quanto às despesas correntes se pode verificar uma execução quase a rondar os 100%. O IMI no orçamento consta aquilo que efetivamente se vai receber, no ano de 2014 receberam menos, pelo que em 2015 o Estado vai repor e a freguesia receber a mais aquele valor.

Márcio Guerra da CDU pediu a palavra para dizer que se verifica que o orçamento se verifica que o valor do IMI é elevado. Que uma freguesia como esta, com dimensão superior a alguns concelhos do distrito deve ter um orçamento de acordo com a sua dimensão e as necessidades que tem, e que por isso o município deve dotar a freguesia com verbas conformes com essa realidade.

Passada à votação foi Relatório e Contas de Gerência do ano de 2015 aprovado por maioria simples de votos com o voto de qualidade do presidente da mesa da assembleia de freguesia.

2. Apreciação, discussão e votação da Primeira Revisão Orçamental do ano de 2016.

Alexandre Azevedo Pinto do PS percebe-se que a alteração vem incorporar a verba do IEEFP. No entanto há que observar que a taxa de execução é baixa, a destinada a equipamento administrativo está praticamente esgotada. Esta revisão orçamental continua a não corrigir os defeitos anteriormente apontados pelo PS ao orçamento e tem valores enormes de despesas de capital, mas elas continuam por ser executadas

Mouga Lopes sobre a primeira revisão gostariam de ouvir uma explicação mais detalhada relativamente aos contratos com o IEEFP, continua a entender que o executivo está a gerar mais precaridade a contratar jovens licenciados. Que se continuam a empurrar pessoas para empresas de trabalho temporário. Pretende também explicações quanto ao investimento em equipamento administrativo.

Pediu uma explicação sobre o que consta de equipamento administrativo.

Márcio Guerra da CDU pediu informações quanto ao equipamento administrativo, pretendendo saber que tipo de equipamento é. Quanto à rubrica referente aos contratos com o IEEFP questionou a junta de freguesia nomeadamente para saber quantos dos trabalhadores pretende a junta de freguesia integrar no seu quadro de pessoa. O quadro de pessoal demonstra que há uma aposta do executivo no trabalho precário sem termo pretende a junta de freguesia celebrar.

Jorge Azevedo do CDS/PP disse que nesta revisão há um aumento de 6,2% do que inicialmente estava previsto, que a manter-se o ritmo no final haverá um aumento a final superior a duzentos e tal mil euros.

O Presidente do Executivo esclareceu que o que se está a fazer nesta revisão orçamental é a incorporação dos saldos de gerência de 2015 e que nos termos legais tem que ser feita. A junta de freguesia tem uma disponibilidade colaborativa com as instituições, que sente muito de perto as questões da precaridade de emprego, que é uma situação que muito o preocupa. Que a verba referente ao equipamento tem a ver com as necessidades, também com a próxima mudança da freguesia. Quanto ao aumento das despesas estão relacionadas com os aumentos de obras.

Submetido a votação foi aprovado por maioria com seis abstenções e três abstenções

3. Apreciação do Inventário de Património da Junta de Freguesia de Viseu a 31 de dezembro de 2015. Foi apreciado

4. Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Funcionamento do III Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu.

Márcio Guerra: é sabida a posição da CDU em relação ao orçamento participativo. Perguntou ao presidente do executivo o que é que as eleições têm a ver com o orçamento participativo e referiu que o orçamento participativo não está ligado às eleições o

orçamento participativo nada tem a ver com as eleições. Questionou se o associativismo não tem já um regulamento próprio para que as associações que se queiram candidatar, que havendo esse regulamento não há razão para estar aqui consagrado o associativismo. Quanto á comissão discorda dela uma vez que não vai ela alterar o voto das pessoas? Quanto aos critérios de avaliação a CDU é contra o orçamento participativo

José Maria Costa do PS disse que o PS apresenta uma proposta de alteração das percentagens quanto aos critérios de avaliação propondo: grau de inovação 30%, valor social 25%, criação de emprego 20%, viabilidade operacional 15%, viabilidade económica 10%. No artigo 9º nos critérios de valor propostos entende que o limite de 35.000€ não deve existir pois que a entidade pode concorrer com um projeto de valor superior porque pode ter dinheiro para concretizar o restante do projeto.

Teobaldo Simões do PPD/PSD - enalteceu o Executivo da Junta de Freguesia de Viseu por ter realizado, levado a cabo e a bom porto todos os Orçamentos Participativos anteriores, fazendo a promoção e a participação de bons projetos e promovendo uma maior cidadania e interação social dos residentes na Freguesia. O orçamento participativo é um meio do reforço da democracia participativa. O regulamento do orçamento participativo é instrumento de boas regras para umas boas práticas de governação. Com ele dá-se voz aos habitantes da Freguesia envolve-os nas decisões e nas realizações. Destacou, a calendarização proposta, para a implementação do III Orçamento Participativo da nossa Freguesia, retirando-o assim da calendarização do Orçamento Participativo Municipal, evitando confusões aos residentes, vindo assim a distingui-lo um do outro e dando muito mais valor ao nosso, descolando-o e acabando com algumas possíveis confusões de ser o mesmo ou complementar, até porque vai ser uma vez mais a nossa freguesia a ser contemplada pelo Orçamento Participativo Municipal.- Aproveitou para valorizar a iniciativa de tornar o III Orçamento Participativo, mais abrangente do ponto de vista das candidaturas e de premiar os três melhores projetos (ou pelo menos os três mais votados). - Frisou que com esta calendarização e com a metodologia que se pretende adotar, evita-se que o mesmo possa ser "colado" e se tente retirar dividendos, de qualquer das partes, do ato eleitoral Autárquico de 2017. Afirmou que todos os membros eleitos desta Assembleia pelo Partido Social Democrata, irão votar favoravelmente este Regulamento de Funcionamento do III Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu, por ser um documento imprescindível e um manual de boas práticas e de melhores regras para uma melhor e mais transparente execução e realização do Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu.

Luis Mouga entende que não apresentar orçamento participativo para 2017 é uma falsa questão, que o mesmo se deve concretizar e pretende saber que medidas prevê o executivo para chamar mais cidadãos a participar neste projeto.

Jorge Azevedo do CDS/PP que sempre defendeu que as candidaturas deveriam começar logo em janeiro e o processo estar finalizado no mês de março para o orçamento participativo do ano de 2016. Entendeu que a comissão também deveria conter membros da assembleia que foram legitimamente eleitos, poderia ser por membros do IPV, mas também por elementos da assembleia de freguesia. Sugeriu alterações as percentagens do artigo sétimo nos seguintes termos: grau de inovação 20%, valor social 30%, criação de emprego 20%, viabilidade operacional 15%, viabilidade económica 15%. de modo a ter-se uma organização mais centrada nas pessoas

O presidente da assembleia usou da palavra, esclarecendo que agora o fazia como membro da assembleia e não como presidente e disse que cada vez que vem o orçamento participativo á ass cai-se sempre na composição da comissão. Que a 1ª comissão nunca se chegou a reunir porque apenas o BE indicou o elemento para a comissão. E que no segundo orçamento participativo optou-se por alterar a comissão, passando-se de três para cinco elementos. Quanto ao orçamento participativo de 2017 que concorda que o orçamento participativo deve realizar-se em 2017, que se é para continuar deveria existir o orçamento participativo de 2017 independentemente da realização das eleições autárquicas nesse ano, ainda que se corra o risco de ser-se chamado eleitoralista. Perguntou ao executivo se mantem a proposta apresentada pelo executivo ou se mostra abertura para as sugestões propostas na assembleia.

O Presidente da Mesa referiu que queria também pronunciar-se quanto a essa matéria não como presidente, mas como membro da mesa. Referiu que apenas o BE indicou alguém para a comissão e todas as outras forças partidárias não indicaram. E que também foi discutido o numero de elementos que deveriam compor a comissão. Quanto ao orçamento participativo para 2017 que fica bem em nome da transparência a iniciativa do executivo, mas não deixa de concordar com Luis Mouga Lopes que também em nome da transparência e se o orçamento participativo é para continuar não valeria a pena ponderar. E por fim perguntou se o executivo tem recetividade ás propostas de alteração percentual aqui apresentadas.

O Presidente do executivo respondeu esclarecendo que a comissão participa no melhoramento antes da votação, que quanto ao orçamento participativo de 2017 há dificuldades quanto aos recursos humanos, nomeadamente quanto á fase da votação pois que a junta de freguesia não tem meios que lhe permitam contratualizar uma empresa para esse efeito. Acresce que o orçamento participativo de 2017, não obstante ser aprovado por este executivo sempre teria que ser concretizado por outro executivo que será o que vier a ser eleito, o que não lhe parece ser uma situação muito correta. Por isso nessa matéria mantem a proposta quanto ao agendamento proposto pelo executivo. Aceita a alteração das percentagens que vierem a ser aprovadas pela assembleia.

O Presidente da Mesa da Assembleia questionou os membros se pretendiam levar a votação cada uma das propostas apresentadas pelo PS e pelo CDS ou se, em alternativa se encontrava uma proposta única alternativa que fosse conciliadora das apresentadas. Foi deliberado votar-se uma proposta que reunisse o consenso da assembleia

Luis Mouga Lopes defendeu que o orçamento participativo não deve estar dependente do ano de realização de eleições.

O presidente da mesa esclareceu que nesta assembleia apenas estamos hoje a votar a alteração do artigo terceiro, no que respeita ás percentagens dos critérios de avaliação do artigo sétimo do Regulamento do Orçamento Participativo e que não se vai votar se há ou não orçamento participativo em 2017.

Jorge Azevedo do CDS/PP disse que deveria considerar-se, se não houver orçamento participativo de 2017, que no de 2016 tem que haver dois orçamentos participativo.

Carlos Portugal disse que o processo do orçamento participativo de 2017 poderia decorrer em 2016, mas que a concretização dos projetos se manteria no ano de 2017.

Márcio Guerra disse que não há razão para existirem os critérios percentuais, pois que se é o povo quem vai votar o orçamento participativo porque razão se não de definir tais critérios.

O Presidente da Mesa esclareceu que o que a comissão faz é melhorar as propostas e não interfere em nada e convidou o executivo a trazer o orçamento participativo para 2017 a uma nova assembleia.

Márcio Guerra disse que a comissão funciona, que a comissão não está a fazer nada que se deve assumir que a comissão é para melhorar os projetos, e que não faz sentido estarem consagrados os critérios percentuais

Jorge Azevedo Pinto disse que se deveria fazer ser feito uma espécie de balanço dos anteriores projetos aprovados, nomeadamente para se saber como correram. Referiu que continuando a medida já implementada não fará sentido a sua interrupção em 2017 só por ser um ano eleitoral.

Procedeu-se à votação quanto à alteração do artigo 7º e à eliminação do nº 3 do artigo 9º do orçamento participativo. Foi aprovado por maioria dos presentes, com o voto contra da CDU que os seguintes critérios do artigo sétimo: grau de inovação 25%, valor social 125%, criação de emprego 20%, viabilidade operacional 15%, viabilidade económica 15%.

Foi aprovado por maioria com 1 voto contra a eliminação do n. 3 do artigo 9º do regulamento do orçamento participativo.

5. Apreciação do Regulamento Interno da Comissão Social da Freguesia de Viseu.

Dada a palavra ao presidente da junta este informou que esta Comissão Social da Freguesia de Viseu é muito importante trabalho social com articulação com parceiros devendo existir regras. Que o trabalho está fundamentado no PLAS. Que não importa a existência de muitas entidades porque depois não funciona.

Alexandre Azevedo pinto afirmou que a junta de freguesia não deve ser um ator, mas sim deve coordenar as propostas e as respostas que as instituições já têm no terreno e articular com as instituições, deve coordenar de modo a otimizar as respostas que as instituições que estão no terreno dão, eventualmente encontrar áreas que ainda não estão preenchidas e encontrar nas IPSS, associações a articulação progressiva das soluções. Que concorda com o executivo serem todas as instituições, mas algumas delas, e conhece algumas das instituições constantes da proposta e reconhece que o trabalho delas é de relevar.

Luis Mouga Lopes afirmou concordar com a existência da comissão, até porque Portugal é um dos países mais pobres e desiguais da OCDE. Questionou a razão porque a EAPN- rede europeia anti pobreza-núcleo de Viseu não faz parte da associação e quais os desenvolvimentos e de quais perspectivas que se preveem para a comissão

José Maria Costa entende que há outras instituições que poderiam fazer parte da comissão e quis informação sobre o critério adotado na seleção das instituições.

Márcio Guerra afirmou que resulta do regulamento que a comissão apenas detém poderes para propor e não para fazer e questionou se irá ter técnicos, se funciona em plenário ou qual é o seu órgão executivo, qual o critério de escolha das entidades e se todas as entidades foram contactadas para fazer parte da comissão, e terminou concordando com existência de uma Comissão Social da Freguesia.

Jorge Azevedo do CDS esta de acordo, quis esclarecimentos se as instituições que não constam da lista podem ainda ser adicionadas, e que quanto à redação do artigo 11º n. 2 deve acrescentar-se "e a assembleia". a

Mafalda Teixeira saudou o executivo pelo respeito tem tido por esta assembleia e a oportunidade de nesta assembleia se discutir e votar o documento, que é muito importante na sequência do trabalho que já tem sido feito na área social e que é de louvar e deve ser uma prioridade nos dias de hoje. Referiu que no anexo um não existe nenhuma entidade de socorro à população e que seria importante colocar uma entidade de socorro da comunidade, porque estas frequentemente na sua ação encontram casos muito complicados do ponto de vista social.

O presidente do executivo informou só podem ser membros da comissão entidades que estejam no CLAS – conselho local de ação social, nos termos legais. As expectativas são boas e vão ter um trabalho exaustivo no sentido de melhorar a situação da freguesia que tem muitas desigualdades sociais, situação que se pretende minimizar. Pretende que a comissão funcione com uma dinâmica de operacionalidade, com gente dada às pessoas que as entendam e compreendam, que esteja no terreno, que crie laços fortes e que esteja para trabalhar. Mostrou-se recetivo, porque fundamental que a comissão seja integrada também por uma entidade ligada ao socorro.

6. Discussão e votação de proposta de designação para a toponímia da Freguesia

foram aprovados os seguintes nomes para a para a toponímia da freguesia:

UM: Rua Luís Beira

Dois: Rua José dos Santos Sena

TRÊS: Rua Tristão Ferreira de Almeida

CINCO: Rua Nova de S. Pedro

SEIS: Travessa de S. Pedro

QUATRO: Rua Filipe Leone

7. Outros assuntos de interesse para a freguesia.

O presidente da junta realçou e informou que a junta pretende criar a intranet no sentido de virem a ser disponibilizados documentos aos membros da ass da freguesia, referiu a publicação do boletim informativo da freguesia, a tertúlia que se vai realizar no próximo dia 29 de abril na associação de comerciantes que será a rampa de lançamento para a edição do livro “Estórias Perdidas” que é uma forma de se pegar na memória viva das pessoas. Referiu o facto do mercado Indo Eu ser já uma referencia. Falou no projeto piloto “Dignitude” que tem parceiros da sociedade civil e que a freguesia de Viseu é a primeira a aderir a esse projeto.

José Maria Costa do PS alertou para o facto da iluminação de certas partes da cidade que tem que ser melhorada, referiu ainda o problema de estacionamento na cidade, nomeadamente a necessidade de estacionamento para os residentes, e o problema de escoamentos de águas pluviais na Av. Infante D. Henrique e na rua do Conservatório.

Jorge Azevedo perguntou a razão porque certas tranches ainda não foram entregues às associações. Congratulou-se pelo facto do BE ter retirado da sua moção inicial as referencias que aí tinha feito em relação ao CDS/PP

Manuela Ferro referiu uma questão relacionada com o alarme do Centro Escolar de Abraveses cujo alarme disparava diversas vezes às mais variadas horas, nomeadamente de madrugada, e que, entretanto, deixou de disparar. Referiu que no espaço entre a Rua José da Cruz Moreira Pinto e a Rua Serpa, onde existe um matagal e instalações abandonadas.

O Presidente informou que o município já colocou em marcha o processo de reabilitação da mata do Fontelo e estabeleceu protocolos nesse sentido. Os estacionamentos vão ter uma resolução substantivamente melhorada a breve prazo sendo também necessário que os cidadãos nessa matéria tenham um comportamento mais cívico. Vai comunicar ao SMAS as questões das anomalias de escoamento das águas pluviais. Quanto ao matagal e instalações existe muitas vezes a dificuldade de identificar os proprietários para os notificar e a necessidade de cumprimentos burocráticos que tem que ser cumpridos.

Carlos Portugal levantou a questão das árvores que desencadeiam muita alergia alertando da necessidade de se minimizar a o problema, e ainda a questão de concentração de fumo de tabaco em alguns bares, pelo que deveria haver um reforço de fiscalização nessa matéria.

Transmitiu a gratidão dos fregueses quanto à resolução rápida dos buracos em Gumirães e perguntou o que se pretende fazer quanto à feira semanal que esta a ficar cada vez mais desertificada.

Manuela Borges Martins do PSD/PP pediu ao executivo para que este sensibilize o município, em prol do interesse da comunidade e da mobilidade, nomeadamente da população mais idosa, para a colocação de bancos espalhados pelos passeios da cidade de modo a permitir que as pessoas com maiores dificuldades se possam deslocar descansando gradualmente pelo caminho nas zonas de repouso, de modo a minimizar-se a tendência para a imobilidade e para a sedentarização.

O Presidente da Freguesia informou que já existe um procedimento concursal para a resolução da situação das árvores. A feira semanal vai ser intervencionada e substantivamente melhorada. Referiu que vai fazer a sugestão ao município de modo a que este faça um levantamento das zonas onde as áreas de descanso possam ser colocadas.

Colocou-se a votação a moção apresentada pelo BE “três razões para celebrar abril” na sua última versão que foi aprovada por unanimidade.

O presidente da assembleia procedeu à leitura da minuta desta reunião que foi aprovada por unanimidade. Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste.

O Presidente da Assembleia:

----- O 1º Secretário:

----- O 2º Secretário: